



Continuar Portugal

Boletim Juvenil On-Line

Ano II – Nº 16 – 2015 MARÇO

SALAZAR disse ...

«Pode afirmar-se que a verdadeira administração tem sempre atrás de si um conceito de Estado, de finalidade social, de poder público e suas limitações, de justiça, de riqueza e das funções desta nas sociedades humanas, quer dizer, uma doutrina económico-política, se quereis mesmo, uma filosofia.»

Discurso proferido na Sala do Risco, em 28 de Maio de 1930, onde oficiais do Exército e da Armada se reuniram com o Governo para comemorar o 4º aniversário da Ditadura Nacional.

... /// ...

O MUNDO PORTUGUÊS

Livro de Leitura para o
Ensino Técnico Profissional

ADAMASTOR¹

Lá quase no fim da Terra,
além do mar mais distante,
vive um medonho gigante
que aos marinheiros faz guerra.

Num grande cabo, onde o mar
rebenta e ruga raivoso,
o gigante temeroso
está sempre alerta, a espreitar.



(Continua¹ 1de2)

HISTÓRIA

1ª DINASTIA²

Independência, alargamento e definição
do território nacional

D. AFONSO HENRIQUES o «CONQUISTADOR» (1128 — 1185)



Batalha de Cerneja – Senhor do poder, após a vitória de *S. Mamede*, D. Afonso Henriques, como resposta ao cerco de Guimarães e no desejo sempre crescente de alcançar a independência, invadiu a Galiza e derrotou os leoneses na batalha de *Cerneja* (1137).

(Continua² 1de20)

João Gomes – Lisboa

www.oliveirasalazar.org – info@oliveirasalazar.org – TM: 962296833

(Continuação' 2de2)

Oh! que espantosa figura,
que, só de olhá-la, se morre!
mais alto que uma torre
que seja de grande altura.

Tem crespos e espalhados
as barbas e os cabelos;
os olhos são encovados,
os dentes são amarelos.

A sua voz é um trovão,
é um estrondo longo e fundo!
Tudo à volta é escuridão,
e o mar ondula profundo.



Se algum navio passar,
o Gigante, num momento,
levanta as ondas e o vento
mete-o no fundo do mar!

Navios fugi da guerra
do Gigante com furor.
E onde está? — No fim da Terra.
o seu nome? — Adamastor!■

AFONSO LOPES VIEIRA
Bartolomeu Marinheiro

(Continuação² 2de20)

Paz de Tui – Notando, porém, que os moiros atacavam pelo sul os seus domínios, viu-se obrigado, no mesmo ano, a pedir a paz a D. Afonso VII, aceitando-a em condições desvantajosas.

Batalha de Ourique - Em seguida, organizou as suas tropas e correu ao Alentejo a defender as suas fronteiras, ameaçadas pelos sarracenos. A 25 de Julho de 1139, encontrou-se em Ourique (Não é conhecido o lugar exacto onde se deu esta batalha de Ourique. Indicam-se três lugares: a vila de Ourique, ao sul de Beja, o Chão de Ourique, próximo de Santarém e o Campo de Ourique, perto de Leiria. Porém, a tradição aponta o primeiro lugar) com um poderoso exército de infieis, comandados por cinco reis moiros. Mas tudo isto não evitou que a derrota dos muçulmanos fosse completa, tendo D. Afonso Henriques alcançado uma retumbante vitória.

Recontro de Valdevez - D. Afonso Henriques — que já se intitulava rei de Portugal — marchando em seguida sobre o norte, invadiu novamente a Galiza (1140) para anular a paz de Tui. D. Afonso VII, respondendo a esta afronta, invadiu por sua vez os territórios do Condado, avançando até junto de *Arcos de Valdevez*. Travou-se logo um torneio, de que os Portugueses saíram vencedores.

Tratado de Samora – Seguidamente ao que fica exposto, foi o próprio rei de Leão que propôs a paz, tendo-se então combinado um convénio ou armistício, de que resultou o *Tratado de Samora* (1143). Com a protecção do *Cardeal Guido de Vico*, representante do Papa, D. Afonso VII reconhecia por esse tratado o título de rei a D. Afonso

(Continua)

Henriques, e o Condado era, por fim, declarado reino independente com o nome de *Portugal*.

Censo ao Papa – Para melhor garantia da independência nacional e firmeza da coroa, D. Afonso Henriques ofereceu ao Papa (Inocência II) uma pensão ou tributo anual de quatro onças de ouro.

Alargamento do Território – Desembaraçado das lutas com o rei de Leão, o fundador de Portugal voltou-se contra os moiros. Assim, dilatando a Fé Cristã e o reino, conquistou-lhes *Santarém* e *Lisboa*, sendo nesta última conquista auxiliado pelos *cruzados* (1147); *Sintra*, *Almada*, *Palmela* (1148); *Alcácer do Sal* (1158); *Beja* (1162); *Évora* (1165); *Moura*, *Serpa* e *Juromenha* (1166).

Desastre de Badajoz – D. Afonso Henriques, que estava em paz com seu genro D. Fernando II, rei de Leão, quebrou-a, por tentar a conquista de Badajoz. Mas foi infeliz nesta empresa, tendo partido uma perna de encontro a uma das portas da cidade, pelo que ficou prisioneiro. D. Fernando II, porém, querendo ser generoso com o sogro, soltou-o pouco tempo depois, mediante o compromisso de restituição de todas as terras que o nosso rei havia conquistado na Galiza (1169).

Monumentos – Neste reino foram fundados o Mosteiro de Alcobaça, o de Santa Cruz, em Coimbra e as igrejas de S. João Baptista, em Tarouca, e de S. Vicente de Fora, em Lisboa.

Morte de D. Afonso Henriques – Em 1185 faleceu este nosso primeiro monarca, tendo governado 12 anos como Príncipe e 45 como rei, O cognome, bem merecido, de

(Continua)

Conquistador, que a História concedeu ao fundador do Estado Português, teve origem nas muitas conquistas por ele alcançadas.

As suas cinzas repousam no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, onde se encontram também as de sua esposa D. Mafalda.

D. SANCHO I— «POVOADOR» (1185—1211)



Conquistas feitas aos moiros – Embora D. Sancho I se preocupasse mais com o povoamento e pacificação do País, ainda assim tomou aos infiéis os castelos de *Alvor* e *Albufeira*, a cidade de *Silves* (1189) e outras terras.

Perda de território – Com o exército enfraquecido e cansado por um longo período de guerras, D. Sancho I perdeu não só as terras que havia conquistado mas também as que lhe tinham ficado de seu pai, situadas para o sul do Tejo, com exceção de Évora.

Protecção à agricultura – D. Sancho I mandou vir colonos estrangeiros que fez distribuir por bastantes terras e a quem entregou o cultivo dos campos. Com essa gente e com muitos cruzados que, passando pelos nossos portos, por cá iam ficando, conseguiu aumentar e fomentar a população e a riqueza do País.

(Continua)

Fundação de vilas – No seu tempo foram concedidos forais a muitas terras e construídos alguns castelos e fortalezas, e criadas e restauradas várias povoações: *Covilhã, Belmonte, Azambuja, Guarda*, etc. D. Sancho morreu em Coimbra, jazendo, como o seu pai, em Santa Cruz.

D. AFONSO II — o «GORDO»
(1211 — 1223)



Primeiras cortes – D. Afonso II logo que subiu ao trono, convocou as *Cortes de Coimbra* (1211), as mais antigas de que há notícia exacta, onde se tomaram providências tendentes à protecção da coroa e das classes populares, e a regularizar as relações com o clero.

Defesa da Península (luta contra os moiros) – Com o fim de auxiliar o sogro,

Afonso VIII de Castela, que andava em guerra com os moiros, mandou o rei de Portugal àquele país um corpo de tropas a combater os infiéis; estes sofreram uma grande derrota na batalha de *Navas de Tolosa* (1212).

Em 1217, auxiliado pelos *cruzados*, D. Afonso II reconquistou aos moiros a praça de *Alcácer do Sal*.

Discórdias com os irmãos – D. Afonso

(Continua)

II teve importantes desavenças com os irmãos, por se negar a ceder os senhorios e bens que seu pai (D. Sancho I) lhes havia deixado em testamento. Jaz em Santa Cruz, tendo-lhe sucedido seu filho D. Sancho II.

D. SANCHO II — o «CAPELO»
(1223 — 1248)



Guerra contra os infiéis – Neste reinado continuaram as reconquistas portuguesas. D. Sancho II, empenhando-se vigorosamente na guerra contra os muçulmanos, apoderou-se de *Elvas* e *Juromenha* (1229); *Moura* e *Serpa* (1232); *Aljustrel* (1234); *Mértola*, *Cacela*, *Tavira* e outras terras (1238).

Desordens internas – As violências praticadas por uma parte da nobreza contra o clero e os municípios (povo) envolveram o reino em desordens constantes.

D. Sancho II, apesar de enérgico na luta contra os moiros, mostrava-se irresoluto e incapaz de reprimir, como era preciso, semelhantes abusos, que vinham enfraquecendo a disciplina e o poder real.

Deposição de D. Sancho – Os prelados

(Continua)

portugueses, aproveitando o descontentamento que, por isso, lavrava em que todo o País, queixaram-se ao Papa Inocêncio IV. Este pontífice, por bula firmada em Julho de 1245, depôs o monarca, entregando o governo de Portugal a D. Afonso, irmão de D. Sancho II.

Exemplos de fidelidade – O rei deposto tentou ainda opor-se as determinações do Papa e aos partidários de seu irmão D. Afonso, mas, por fim, teve de desistir, retirando-se para Toledo, onde faleceu e em cuja Catedral se encontra sepultado (1248). Todavia, possuía D. Sancho amigos verdadeiros. Entre estes contam-se, como modelos de rara lealdade, *Fernão Rodrigues Pacheco*, governador do castelo de Celorico, e principalmente, *Martim de Freitas*, que só entregou ao regente D. Afonso as chaves do castelo de Coimbra, de que era alcaide-mor, depois de ir a Toledo certificar-se da morte do rei.

Santo António – Era Fernando de *Bulhões* o seu primitivo nome. Nasceu em Lisboa, no dia 15 de Agosto de 1195, e faleceu em Pádua (Itália) no dia 13 de Junho de 1231.

Figura de grande relevo da Igreja, foi eminente sábio e pregador. A fama dos seus milagres e das suas virtudes levaram-no à canonização.

D. AFONSO III — o «BOLONHÊS» (1248 — 129)



(Continua)

Aclamação D. Afonso – D. Afonso foi nomeado, primeiro, *Defensor e Procurador do reino* (1245). Só por morte de seu irmão D. Sancho é que foi aclamado rei de Portugal (1248).

Conquista definitiva do Algarve – Durante este reinado os Portugueses conquistaram todas as terras que estavam ainda na posse dos moiros, como: *Faro* (1249), *Albujeira*, *Perches* e demais localidades algarvias.

Com tal sucesso, ficou a metrópole portuguesa mais ou menos delimitada pelas fronteiras que actualmente possui, havendo assim terminado as lutas entre cristãos e infiéis dentro do território nacional. Portugal entrou então em uma nova fase de organização política e administrativa, que muitas prosperidades lhe trouxe. D. Afonso III e seus sucessores, a partir desta data, começaram a usar o título de *Rei de Portugal e dos Algarves*.

Tratado de Badajoz – D. Afonso III teve lutas com o rei Tratado de Castela que alegava direitos sobre a posse do Algarve (1250). Mas o *Tratado de Badajoz* (1267), entre os dois monarcas, pôs termo àquelas lutas, dando-nos a posse definitiva desta província.

Cortes de Leiria – No desejo de conquistar as simpatias das classes populares, D. Afonso III convocou as chamadas *Cortes de Leiria* (1254), em que, pela primeira vez, tomaram lugar representantes do povo (procuradores dos concelhos).

Educação do príncipe herdeiro – D. Afonso III deu uma primorosa e cuidada educação a seu filho D. Dinis,

(Continua)

futuro herdeiro do trono, para quem arranjou mestres e sábios eminentes, como o português *Domingos Jardo* e o francês *Américo de Ebrard*, o corpo de D. Afonso III jaz no Mosteiro de Alcobaça.

Organização económica do Estado Medidas de fomento e instrução

D. DINIS — o «LAVRADOR» (1219— 1825)



Administração de D. Dinis – D. Dinis foi um hábil administrador. Sucedendo a D. Afonso III, seu pai, o seu maior cuidado consistiu em promover o engrandecimento e a riqueza do País. Para isso, concedeu vários forais, fundou muitos castelos e povoações e protegeu:

A agricultura — mandando cultivar muitas terras incultas, enxugar terrenos pantanosos, plantar vinhas e semear o *Pinhal de Leiria* e o de *Azambuja*;

A indústria — auxiliando a exploração de minas de ouro, prata e cobre, favorecendo as indústrias da pesca e de tecidos de linho;

O comércio — criando mercados e feiras francas em muitas localidades;

(Continua)

A marinha — promovendo a construção de navios, a fim de serem transportadas para o estrangeiro as nossas mercadorias; instituindo a *Bolsa do Comércio do Porto* e mandando vir de fora marinheiros experimentados, entre os quais se conta o genovês *Manuel Pezagno*, que desempenhou as funções de almirante;

A instrução — fundando a *Universidade de Lisboa*, primitivamente conhecida pelo nome de *Estudo Geral*, que mais tarde transferiu para Coimbra; ordenando que se usasse, nos documentos escritos, a língua portuguesa, em substituição da latina, até então empregada (1290); protegendo os trovadores (poetas). O próprio rei era o melhor trovador do seu tempo.

Instituição da Ordem de Cristo – Neste reinado foi extinta pelo Papa a antiga Ordem dos Templários. Porém, D. Dinis conseguiu que, em sua substituição, fosse criada a Ordem de Cristo, para a qual passaram todos os bens dos Templários (1319).

Guerra com Castela Tratado de Alcanises — Por motivos referentes à demarcação de fronteiras, D. Dinis invadiu o reino de Castela, governado por Fernando IV, tendo-se apoderado de algumas terras situadas entre o rio Côa e o Douro (1295). O *Tratado de Alcanises* (1297), pelo qual o rei de Castela reconheceu a Portugal a posse das recentes conquistas, pôs termo ao conflito.

D. Isabel de Aragão – Era a santa esposa de D. Dinis. Dotada das mais raras e sublimes virtudes, foi anjo de concórdia e de caridade; pôs termo às

(Continua)

lutas que D. Dinis teve com o filho e com um irmão, e consolou muitos infelizes.

Canonizada em 1625, ficou inscrita entre o número das Santas mais veneradas, com o nome de *Rainha Santa Isabel*. Conta uma simpática lenda que as esmolas que a Rainha Santa, em certo dia, ia distribuir pelos pobres se transformaram em deslumbrantes rosas.

Os seus restos mortais repousam na igreja do Mosteiro de Santa Clara, em Coimbra. Os de el-rei, seu esposo, estão sepultados no Convento de Odivelas, por ele mandado construir.

— Nos campos de Alvalade, onde a Rainha Santa evitou uma grande batalha entre o marido e o filho primogénito, D. Afonso, encontra-se um padrão por ela própria ali mandado colocar, rememorando o extraordinário acontecimento.

D. Afonso IV — o «BRAVO» (1325—1357)

Bom governo de
D. Afonso IV



Este monarca, continuando a favorecer o desenvolvimento económico do reino, iniciado por D. Dinis, seu pai, deu provas de fino tacto administrativo.

(Continua)

Publicou leis acertadas, com as quais o *comércio*, a *agricultura* e a *marinha*, beneficiaram.

Guerra Civil – Logo que D. Afonso IV subiu ao trono, moveu guerra contra seu irmão D. Afonso Sanches, com o fundamento de que este o queria envenenar para, em seguida, se apossar da coroa. Porém, essas lutas terminaram ainda pela intervenção da Rainha Santa Isabel (1325).

Guerra com Castela – Esta guerra teve origem no facto de o rei de Castela, D. Afonso XI, tentar impedir a passagem de D. Constança Manuel, que vinha realizar o seu casamento com D. Pedro, herdeiro da coroa portuguesa. Atribuiu-se também a causa a maus tratos dados pelo rei de Castela a sua esposa, a rainha D. Maria, filha do nosso rei (1336). Porém, o Papa Bento XII, servindo de mediano, conseguiu estabelecer a paz (1339).

Juízes de Fora – A justiça vinha sendo até então administrada por *juízes da terra* — do mesmo lugar. Por isso, nem sempre era aplicada como devia ser: imparcialmente. Para remediar este mal, o rei instituiu os chamados *juízes de fora*, disposição que ainda hoje é observada nos nossos tribunais.

Cooperação na defesa da Península – D. Afonso XI, rei de Castela vendo os seus domínios gravemente ameaçados por fortes contingentes morescos, pediu auxílio a D. Afonso IV, que correu a prestar-lho. Feriu-se depois uma grande batalha junto das margens do *Salado* (Outubro de 1340), em que os infiéis foram derrotados.

O rei de Portugal, além de um chefe moiro aprisionado, algumas espadas e

(Continua)

(Continuação² 13de20)

bandeiras, nada mais aceitou dos ricos despojos da luta, e as acções de audácia praticadas durante a refrega motivaram-lhe o cognome de *Bravo*.

Morte de D. Inês de Castro – D. Inês de Castro era uma senhora de origem castelhana e de rara beleza, por quem o príncipe herdeiro, D. Pedro, se apaixonara e com quem passou a viver depois do falecimento de sua esposa, D. Constança. D. Afonso IV, porém, movido por intrigas, ou, antes, impulsionado por fortes razões de Estado que buliam com a tranquilidade e independência do Reino, tendo hesitado primeiro, terminou por consentir no assassinio de D. Inês, fazendo assim a vontade a alguns cortesãos, entre os quais se evidenciaram Álvaro Gonçalves, Pêro Coelho e Diogo Lopes Pacheco (1355). Isto deu causa a uma guerra civil, que só terminou pela intervenção conciliadora da rainha D. Beatriz, esposa de D. Afonso IV e mãe de D. Pedro.

D. Afonso IV está sepultado na Sé de Lisboa.

D. PEDRO I— o «JUSTICEIRO» (1357 1367)



Vingança da morte de D. Inês de Castro – Logo que D. Pedro assumiu o

(Continua)

(Continuação² 14de20)

poder, foi sua principal ideia vingar-se dos matadores de D. Inês de Castro. Conseguindo apanhar apenas dois — Diogo Lopes Pacheco pôde escapar-se a tempo — mandou-os conduzir a Santarém, onde lhes fez dar morte cruel (1358). Diz o cronista Fernão Lopes que a *um* foi arrancado o coração pelas costas e a *outro* pelo peito.

Cortes de 1361 Beneplácito Régio – Nas Cortes de Elvas (1361) em que o rei tomou providências para atender a certas reclamações populares, também ficou resolvido instituir o *Beneplácito régio*, pelo qual, a partir dessa data, nenhuma determinação do Papa poderia ter efeito legal no País sem o visto e sanção do rei.

Boa administração de D. Pedro, seu carácter – O governo de D. Pedro foi proveitoso e excelente para a paz e economia da Nação. Portugal continuou a prosperar, no seu tempo. Quando o rei faleceu, deixou os cofres públicos cheios de dinheiro.

A justiça que, aplicava, rigorosa e severa, era igual para todos. Por isso mereceu da História o cognome de *Justiceiro*.

Embora arrebatado de génio, tinha um coração bondoso. O povo adorava-o. Os seus restos mortais, assim como os de D. Inês de Castro, encontram-se sepultados em riquíssimos túmulos, próximo um do outro, no Mosteiro de Alcobaça.

D. FERNANDO — o «FORMOSO» (1807 — 1888)

(Continua)



Guerras com Castela – Começava a sentir-se a necessidade do arranco português para a expansão pelo mundo. D. Fernando, acarinhando essa ideia, voltou-se contra Castela, com a qual sustentou três guerras.

A primeira (1369 — 1371) teve origem nos pretensos direitos de D. Fernando à coroa daquele reino.

A segunda (1372 — 1373) proveio da sua aliança com o duque de Lencastre, filho do rei de Inglaterra, que, por sua vez, alegava idênticos direitos à mesma coroa de Castela. Os castelhanos invadiram então Portugal e vieram cercar Lisboa.

A terceira (1381 — 1382) resultou de nova aliança que D. Fernando fizera, secretamente, com o duque de Lencastre. Portugal, à semelhança do que já lhe sucedera a quando da 2ª guerra, voltou a ser invadido por tropas castelhanas, sofrendo os nossos soldados, a princípio, sérios reveses, e a esquadra portuguesa a derrota na batalha naval de *Saltes*.

Fernão Vasques, motim popular – D. Fernando havia-se comprometido a casar com D. Leonor, filha do rei de Aragão, o que não cumpriu.

(Continua)

Seguidamente, prometeu desposar a filha do rei de Castela, também chamada D. Leonor. Tendo, porém, igualmente faltado a este novo compromisso, tratava D. Fernando de casar com D. Leonor Teles, senhora que não reunia os requisitos de linhagem, nem os predicados morais indispensáveis para o alto cargo de Rainha. Tal propósito desgostou o povo de Lisboa que, amotinando-se e levando à frente o alfaiate *Fernão Vasques*, foi protestar junto do rei (1371). Mas nada obsteu ao infeliz casamento, que, no mesmo ano, veio a celebrar-se, em segredo, no Mosteiro de Leça do Bailo. Fernão Vasques e todos os instigadores do motim foram depois executados por mandado de D. Leonor Teles.

Medidas económicas de D. Fernando

– As lutas que D. Fernando sustentou com Castela, o seu casamento com Leonor Teles e algumas das suas inconstantes atitudes governativas foram, é certo, muito prejudiciais para a causa nacional.

Apesar de tudo, também decretou e pôs em execução algumas acertadas medidas de fomento, que muito contribuíram para o bem público e para a riqueza do tesouro, tais como:

Lei das Sesmarias – (1375) — que tornou obrigatória a cultura de todas as terras pelos seus donos e sujeitou os vadios a trabalharem nos campos das herdades;

Lei da Marinha – que fomentou a construção de muitos navios, alguns à custa do próprio rei, facilitou a exportação de mercadorias e favoreceu, com a criação das *Bolsas do Porto e Lisboa*, os armadores (donos) desses navios;

(Continua)

Construção de novas muralhas em volta de Lisboa – que muito contribuiu para proteger e defender a capital. Este cinto de parede, conhecido pela *Cerca Nova*, era servido por 46 portas, tinha 77 torreões e media, de perímetro, 5.775 metros;

Aliança Inglesa (1373) — que estabeleceu o início da secular amizade anglo-lusa.

Observações — D. Fernando morreu sem deixar filhos varões. Do seu casamento com D. Leonor Teles, nasceu uma única filha, que se achava casada com D. João, rei de Castela. Jaz em Santarém.

INTERREGNO (1983—1385) GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

Regência de D. Leonor Teles – Logo que D. Fernando faleceu, assumiu a regência do reino D. Leonor Teles. Um dos seus primeiros actos foi proclamar rainha de Portugal sua filha D. Beatriz, casada, como ficou dito, com o rei de Castela. A independência de Portugal estava em perigo. Mas o bom povo português, sempre patriota e decidido para os grandes cometimentos, logo reagiu contra as decisões da rainha regente, que desde há muito vinha sendo mal vista e até odiada por todos.

Morte do Conde Andeiro – Alguns fidalgos, nomeadamente *Álvaro Pais* e o *Conde de Barcelos*, prepararam, por isso, uma conjura, sentenciando à morte o fidalgo castelhano *João Fernandes Andeiro*, favorito da rainha, que era, na verdade, quem tudo mandava e governava. Da execução do

(Continua)

plano, deveras arriscado, foi incumbido *D. João, Mestre de Avis*, fidalgo de muitas simpatias populares, filho bastardo de D. Pedro I e de D. Teresa Lourenço. Correndo, num momento, com os seus, aos paços de S. Martinho, o Mestre de Avis, em nome da Pátria ameaçada, ali acutilou o *Conde Andeiro* (1383).

Defensão do reino – D. Leonor Teles, em face dos acontecimentos, fugiu para Alenquer e dali para Santarém, donde solicitou urgente auxílio a seu genro, rei de Castela. Entretanto, o Mestre de Avis era aclamado *Regedor e Defensor do Reino* (1383).

Batalha dos Atoleiros Cerco de Lisboa – D. João I de Castela, ao par de tudo quanto se passava, invadiu Portugal, avançou sobre o Alentejo, onde se encontrava D. Nuno Álvares Pereira, que, pela valentia do seu braço, inteireza de vontade e misticismo da sua fé, era, acaso, no momento difícil, a maior figura de herói e de guerreiro. Conhecedor dos manejos do inimigo, *D. Nuno* encomendou-se a Deus e à Virgem e esperou os adversários em *Atoleiros*, perto da vila de Fronteira. O combate foi terrível. Apesar dos castelhanos serem em maior número, a *Bandeira das Quinas* cobria-se de glória; estava ganha a batalha (6 de Abril de 1384).

Em seguida, o rei de Castela cercou Lisboa por terra e por mar. A capital, sob a direcção do Mestre de Avis, resistiu heroicamente durante muito tempo, até que as tropas castelhanas, dizimadas pela peste, resolveram levantar o cerco e sair de Portugal.

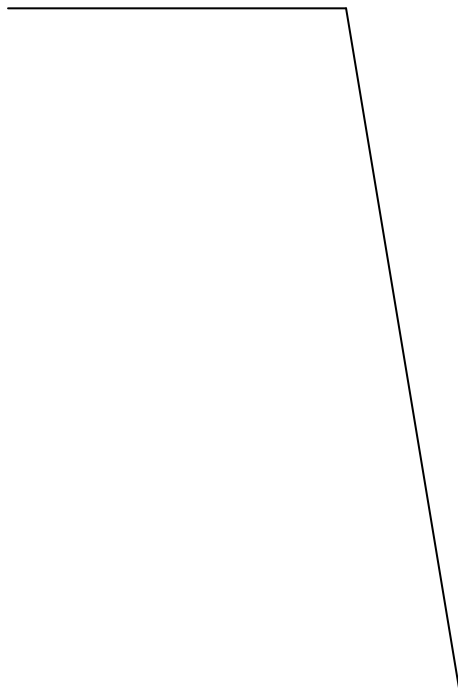
Cortes de Coimbra – Pouco tempo

(Continua)

depois, reuniram as Cortes de Coimbra (6 de Abril de 1385) para a escolha do novo rei. Esta questão não era, também, das mais fáceis de resolver, porque apareceram com direitos de legitimidade vários pretendentes ao trono. Esses candidatos foram: *D. Beatriz*, casada com o rei de Castela e filha de *D. Fernando* e de *D. Leonor Peles*; *D. João* e *D. Dinis*, filhos de *D. Pedro I* e de *D. Inês de Castro*; e *D. João*, Mestre de Avis.

Ora, como os procuradores às cortes se conservassem indecisos, o grande homem de leis, *D. João das Regras*, mostrou ali, com boas razões jurídicas, que só o *Mestre de Avis* reunia as precisas condições para ocupar o trono. Nada mais foi necessário; logo o *Mestre* foi aclamado rei de Portugal, com o nome de *D. João 1*. Com este novo e grande monarca começou a 2.ª dinastia, chamada *Joanina* ou de *Avis*. ■

História de Portugal
Ensino Primário
Por Tomás de Barros



MOCIDADE PORTUGUESA



Caderno escolar LUSITO



Caderno escolar LUSITA

